

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.335.978 - DF (2018/0188568-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JOSE MOURAO FARIAS
ADVOGADO : JONAS CORREIA DA SILVA - DF046497
AGRAVADO : KERLEN SILVERIO DOS REIS
ADVOGADO : WILSON OSMAR DE JESUS - DF055397

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por JOSÉ MOURÃO FARIAS, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 723-773, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fls. 538-560, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - MANUTENÇÃO DE POSSE - AUSÊNCIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO - POSSE - CIRCUNSTÂNCIA FÁTICA - MELHOR POSSE - OCUPANTE - DEU-SE PROVIMENTO.

1. Na ausência de registro imobiliário da propriedade, a posse não pode ser comprovada exclusivamente pela via documental, mas sim pelo exercício, de fato, de algum dos poderes inerentes à propriedade (CC 1.196).
2. Comprovada a posse pela autora, deve a mesma ser mantida no imóvel.
3. Na ausência de esbulho possessório por parte da autora, é improcedente o pedido reconvenicional que visa a sua condenação por danos materiais.
4. Na ausência de esbulho possessório por parte da autora, resta prejudicado o apelo adesivo interposto com vistas à sua condenação por danos morais.
5. Deu-se provimento ao apelo da autora.
6. Prejudicado o apelo adesivo do réu.

Opostos embargos de declaração (fls. 564-593, e-STJ), esses foram parcialmente providos, sem efeitos infringentes, tão somente para sanar erro material (fls. 602-611, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 614-667, e-STJ), o recorrente aponta violação aos artigos 1201 do CC/2002; 344, 345, 371, 427, 489 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que: a) a falsidade do documento de fl. 203 não afasta a boa-fé do exercício da posse; b) o Tribunal local foi omissor em relação à referida questão; c) há revelia da recorrida em relação parte das teses suscitadas pelo ora recorrente; d) a prova testemunhal corrobora a tese disposta no apelo nobre; e e) é devida a condenação da recorrida ao pagamento de danos materiais e morais.

Contrarrazões às fls. 675-716, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 719-721, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) a fundamentação disposta no recurso especial, porquanto deficiente, impede o conhecimento da controvérsia; e b) incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignado, aduz o agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) as ofensas a dispositivos infraconstitucionais estão devidamente expostas; e b) o exame da pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, pontua-se que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Salienta-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem, a partir de fundamentação lastreada na prova dos autos, manifestou-se expressamente acerca da aludida falsidade documental, bem como sobre pontos supostamente não refutados pela recorrida ao longo da marcha processual.

No ponto, relevante a menção aos seguintes trechos do acórdão responsável pelo julgamento dos embargos declaratórios opostos pelo ora recorrente (fls. 608-610, e-STJ):

DA AUSÊNCIA DE OMISSÃO QUANTO AOS ASPECTOS DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Sem razão.

A alegada omissão sobre aspectos referentes à falsidade documental não merece prosperar, pois o acórdão atacado assim se manifestou quanto a esse ponto:

"Por outro lado, a constatação da falsidade do carimbo do cartório que fez o reconhecimento da firma do cedente, no instrumento particular de cessão de direitos apresentado pela autora/apelante (fl. 203), não tem o condão de afastar o exercício da posse pela autora/apelante, tampouco a sua boa - fé, pois não consta nenhum indício de falsidade com relação à sua assinatura como cessionária, a qual não possui firma reconhecida, não sendo possível, na ausência de provas, presumir-se a sua participação na fraude descartando-se a possibilidade de ter sido ela vítima da falsidade.

Enfim, o vício no documento que fundamenta o pleito da autora/apelante não supera a situação fática que define o instituto da posse, a qual não pode ser comprovada, exclusivamente, pela via documental, mas sim pelo DA AUSÊNCIA DE OMISSÃO QUANTO AOS ASPECTOS DA FALSIDADE DOCUMENTAL Sem razão.

A alegada omissão sobre aspectos referentes à falsidade documental não merece prosperar, pois o acórdão atacado assim se manifestou quanto a esse ponto:

"Por outro lado, a constatação da falsidade do carimbo do cartório que fez o reconhecimento da firma do cedente, no instrumento particular de cessão de direitos apresentado pela autora/apelante (fl. 203), não tem o condão de afastar o exercício da posse pela autora/apelante, tampouco a sua boa - fé, pois não consta nenhum indício de falsidade com relação à sua assinatura como cessionária, a qual não possui firma reconhecida, não sendo possível, na ausência de provas, presumir-se a sua participação na fraude descartando-se a possibilidade de ter sido ela vítima da falsidade.

Enfim, o vício no documento que fundamenta o pleito da autora/apelante não supera a situação fática que define o instituto da posse, a qual não pode ser comprovada, exclusivamente, pela via documental, mas sim pelo (...)

DA INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO QUANTO À REVELIA DA

AUTORA NA RECONVENÇÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Alega o embargante que é necessária nova ponderação sobre a preliminar suscitada em suas contrarrazões, sobretudo quanto aos itens 2.8 (DA CONDENAÇÃO BASEADA EM PEDIDO DE ORÇAMENTO CONSTANTE ÀS FLS.367/368) e 2.9 (INADEQUAÇÃO DA RECONVENÇÃO EM AÇÃO POSSESSÓRIA À FL. 368) porque algumas matérias trazidas em sede de apelação pela autora estariam preclusas.

Também argúi que é preciso análise quanto aos danos morais requeridos pelo embargante em recurso adesivo, em virtude de fato posterior à sentença, em que a embargada, em sede de apelação, suscitou a condenação criminal envolvendo o embargante, ato ilícito a ser indenizado. Sem razão.

Quanto a esse ponto, o julgamento realizado por essa instância revisora reformou a sentença de improcedência do pedido autoral e de parcial procedência do pedido reconvenicional de condenação da autora/embargada à indenização por danos materiais, julgando procedente o pedido da autora, ao reconhecer como sua a melhor posse.

Em consequência, constou expressamente do acórdão, no voto condutor, que:

"Por conseguinte, diante da ausência de esbulho possessório por parte da autora, reformo a r. sentença também no ponto em que julgou procedente o pedido do réu na reconvenção, e afasto a condenação da autora/reconvinda ao pagamento de indenização por danos materiais.

Também diante da ausência de esbulho possessório por parte da autora/reconvinda, julgo prejudicado o apelo adesivo do réu, no qual requer a condenação da autora por danos morais." (fl.489) Assim, inexistentes as omissões apontadas, nego provimento aos embargos de declaração nesse ponto.

Assim, não há se falar em violação ao art. 489 do CPC/2015 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 E AO ART. 93, IX, DA CF/88. DECISÃO MONOCRÁTICA - ORA AGRAVADA - DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE EXAMINOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 139, I, E 373, II, DO CPC/2015 E ART. 324 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os vícios a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015 - art. 535 do CPC/73 - são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, de modo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador. Na espécie, deve ser rejeitada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois não existem vícios no v. acórdão estadual, que examinou os pontos

essenciais ao desate da lide.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1015125/AC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE ACORDO JUDICIAL INADIMPLIDO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. CRITÉRIO DE EQUIDADE. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdiccional

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1254843/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

2. No que toca à apontada existência de revelia em relação a matérias não suscitadas pela recorrida em primeira instância, melhor razão não assiste ao insurgente.

Com efeito, conforme se depreende dos trechos do acórdão responsável pelo julgamento dos embargos declaratórios citados no tópico anterior, o Tribunal local, ao reformar a sentença de primeiro grau, ante a constatação de inexistência de esbulho possessório, tornou, com consectário lógico, insubsistente a obrigação de pagamento de indenização por danos materiais e morais então fixados.

Nota-se, contudo, que tal fundamentação não foi impugnada de modo específico pelo recorrente em seu apelo. No ponto, alega-se tão somente que a matéria pertinente à quantificação de tais danos estaria preclusa, o que implicaria nulidade do aresto.

Assim, dada a ausência de impugnação específica a fundamento que, só por si, revela-se apto a manter hígido o *decisum* vergastado, torna-se inviável a admissão do recurso, nos termos da Súmula 283/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. DOENÇA CRÔNICA. CLÍNICA E MÉDICOS DESCREDECENCIADOS.

AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA. REEMBOLSO INTEGRAL DEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A ausência de impugnação específica aos fundamentos do acórdão guerreado enseja a aplicação, por analogia, do óbice da Súmula 283/STF.

(...)

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1567318/PE, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 24/08/2018)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONFISSÃO DE DÍVIDA. NOVAÇÃO. MERA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DO ÂNIMO DE NOVAR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A ARGUMENTO ESPECÍFICO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 283 DO STF. REFORMA DO JULGADO. NECESSIDADE DO REEXAME DE PROVA E DO CONTRATO. SÚMULAS NºS 5 E 7, AMBAS DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

(...)

2. A ausência de impugnação objetiva e específica a fundamento suficiente do acórdão recorrido atrai a aplicação da Súmula nº 283 do STF.

(...)

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1618039/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018)

3. Por fim, aponta-se que, em relação as demais questões, melhor razão não assiste à insurgente.

Na espécie, verifica-se que o Tribunal local, à luz dos elementos de prova acostados aos autos, concluiu pela inexistência de esbulho por parte da recorrida, razão pela qual deveria ser julgada procedente a ação de manutenção da posse manejada em desfavor do recorrente (fls. 552-554, e-STJ):

No caso, a posse dos imóveis pela autora/apelante está demonstrada não apenas pelo contrato particular de cessão de direitos possessórios datado de 15.07.2009 (fls. 15/16), mas também e principalmente pelos depoimentos das testemunhas, que são possuidores de outros lotes na região.

Já a posse do réu/apelado, Jonas Mourão Farias, sobre os imóveis em questão fundamenta-se, tão somente, no contrato de cessão de direitos possessórios datado de 10.07.2002 (fls. 57/58), e nos atos praticados a partir de 2015 com vistas à retirada da autora/apelante do local, como a retirada do portão, ocorrências policiais e ações ajuizadas contra a autora/apelante (fls. 71/125).

Note-se que a única testemunha que afirmou ter o réu/apelado praticado atos caracterizadores de posse sobre os imóveis foi a Sra. Izadair Cássia Sorrentino, filha do cessionário do imóvel, Isidoro Sorrentino (falecido), que afirmou que "o réu externou atos possessórios sobre as chácaras 302 e 303, pedindo para Isidoro Sorrentino tomar conta dessas glebas" (fl. 304).

Todavia, tal afirmação, desprovida de provas, não é capaz de sobrepujar o depoimento das outras testemunhas que comprovam a prática de atos possessórios pela autora/apelante, como cercamento e criação de animais nos imóveis em questão, por pelo menos 05 (cinco) anos.

Por outro lado, a constatação da falsidade do carimbo do cartório que fez o reconhecimento da firma do cedente, no instrumento particular de cessão de direitos apresentado pela autora/apelante (fl. 203), não tem o condão de afastar o exercício da posse pela autora/apelante, tampouco a sua boa-fé, pois não consta nenhum indício de falsidade com relação à sua assinatura como cessionária, a qual não possui firma reconhecida, não sendo possível, na ausência de provas, presumir-se a sua participação na fraude descartando-se a possibilidade de ter sido ela vítima da falsidade.

Enfim, o vício no documento que fundamenta o pleito da autora/apelante não supera a situação fática que define o instituto da posse, a qual não pode ser comprovada, exclusivamente, pela via documental, mas sim pelo exercício, de fato, de algum dos poderes inerentes à propriedade, nos termos do art. 1.196 do Código Civil, in verbis:

(...)

Pelas razões expostas, tenho que a melhor posse é exercida pela autora/apelante, devendo a mesma ser mantida no imóvel.

Assim, reformo r. sentença apelada e julgo procedente o pedido autoral, a fim de manter a autora, Kerlen Silvério dos Reis, na posse dos imóveis descritos como Chácaras 302 e 303 do Núcleo Rural Pipiripau - Planaltina - DF.

Por conseguinte, diante da ausência de esbulho possessório por parte da autora, reformo a r. sentença também no ponto em que julgou procedente o pedido do réu na reconvenção, e afasto a condenação da autora/reconvinda ao pagamento de indenização por danos materiais.

Como consequência do julgamento procedente do pleito autoral, ademais, fixou a Corte local a insubsistência do pedido de condenação por danos materiais e morais formulado pelo ora recorrente, réu na origem (fls. 554, e-STJ):

Também diante da constatação da ausência de esbulho possessório por parte da autora/reconvinda, julgo prejudicado o apelo adesivo do réu, no qual requer a condenação da autora por danos morais.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima firmada acerca da melhor posse do terreno fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. EXAME DE MÉRITO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. TURBAÇÃO DE POSSE. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

(...)

4. Rever a conclusão do aresto impugnado acerca da inexistência de turbacão da posse encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1214991/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2018, DJe 17/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **COMPROVAÇÃO DA MELHOR POSSE. VALORAÇÃO DE PROVA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS.** INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. O Tribunal de origem, com base nos elementos de prova, concluiu pela melhor da posse da parte recorrida. Esse entendimento não pode ser alterado na via especial, a teor do que dispõe a referida súmula.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 349.621/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 11/06/2015)

Assim, inviável o trânsito do recurso em relação às questões em comento.

4. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fls. 373 e 555, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.
Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator